



Revista de economia heterodoxa
nº 10, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



CCJE/UFRJ



OIKOS

A internacionalização da economia brasileira nos anos 90*

The internationalization of the Brazilian economy in the nineties

GUSTAVO VIANA MACHADO | guvm@bol.com.br

Mestre em Economia pelo IE/Unicamp e Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento. Brasília, Brasil.

Resumo O artigo visa identificar as razões que levaram a burguesia brasileira a aprofundar a associação com o capital externo nos anos noventa. Entre estas razões estão: as novas oportunidades de valorização do capital, a modernização dos padrões de consumo, fortalecimento das classes proprietárias e a aversão a rupturas sócio-econômicas. **Palavras-chave** desenvolvimento econômico, burguesia.

Abstract This article aims to identify reasons that lead the Brazilian bourgeoisie to deepen association with foreign capital in the nineties. Among these reasons there are: new opportunities for valorization of capital, modernization of consumption standards, fortification of the capitalist class, and aversion to social-economic ruptures. **Key words** economic development, bourgeoisie.

* O artigo refere-se a um dos aspectos tratados em minha tese de mestrado (Machado, 2002), na qual investigo a transição do projeto nacional desenvolvimentista – predominante entre a década de cinquenta e oitenta – para o projeto econômico liberal dos anos 90. O objetivo da tese foi procurar identificar as motivações – sejam políticas, econômicas ou ideológicas – que levaram a burguesia brasileira a aderir à agenda econômica liberal nos anos noventa.

Introdução

O artigo analisa o movimento de internacionalização ocorrido na economia brasileira nos anos noventa. Neste artigo procuro analisar os motivos que levam a burguesia nacional aprofundar, nos anos noventa, a associação com o capital externo.

O termo burguesia brasileira, utilizada no decorrer do trabalho, designa as diferentes frações das classes proprietárias compreendidas desde setores agro-exportadores até setores relacionados ao capital financeiro e industrial. Neste aspecto, é importante observar, de um lado, que estes segmentos que compõem a burguesia nacional sofrem transformações no decorrer dos processos históricos – como, por exemplo, no caso dos segmentos agro-exportadores que tradicionalmente constituíam oligarquias de poder regional e que, na década de setenta, com a expansão da fronteira agrícola e avanço da industrialização, promovem uma modernização dos processos produtivos no campo dando origem aos complexos agro-industriais. Por outro lado, é importante observar que a subdivisão da burguesia em frações se torna fluída na medida em que os capitais agrário, industrial ou financeiro estão cada vez mais imbricados.

Outro ponto a chamar atenção se refere ao fato de não ser possível pensar a burguesia como um bloco monolítico, dada a heterogeneidade dos segmentos sociais que a compõe. No entanto, a despeito das diferenças entre as frações sociais que compõem a burguesia, levanta-se a hipótese de que a constituição de interesses comuns possibilitou, na década de noventa, a constituição de uma posição hegemônica no interior das classes proprietárias em torno de uma agenda econômica, na qual se destacou o aprofundamento da associação com o capital externo. Cabe observar, portanto, que quando for apresentada uma posição associada à burguesia, estar-se-á referindo à posição hegemônica presente no interior do bloco de poder das classes proprietárias.

Outro aspecto a chamar atenção se refere ao fato do aprofundamento das relações com o grande capital internacional nos anos noventa constituir um dos pilares centrais de um movimento maior de incorporação da agenda liberal. Entretanto, o aprofundamento da associação com o capital externo não é um aspecto novo ou exclusivo à agenda liberal dos anos noventa, já que em períodos decisivos de transformações nacionais¹ fez-se recorrentemente a opção pela associação com o capital externo, porém, sempre sob uma nova roupagem.

A hipótese implícita no artigo é de que seria possível formular uma explicação geral ou universal sobre as razões que explicariam a recorrente opção da burguesia brasileira em reforçar os laços de solidariedade econômicos com o capital externo – tal como se observa nos anos noventa ou nos diferentes períodos de constituição de um mercado ou formas de produção capitalista no Brasil. Contudo, por trás deste tipo de formulação mais geral, observam-se as especificidades do novo padrão de integração externa relacionadas, nos anos noventa, por um lado, aos novos mecanismos ou métodos econômicos utilizados pela burguesia para intensificar a associação com o capital externo. Por outro lado, diz respeito aos novos efeitos do padrão de associação externo sobre a estrutura do capitalismo brasileiro com importantes repercussões sócio-econômicas. É, portanto, nos métodos ou estratégias para se aprofundar a associação com o capital externo que se encontram as especificidades deste processo nos anos noventa.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira seção apontam-se de forma sintética alguns dados que corroboram a tese de internacionalização da economia brasileira nos anos noventa. Já as seções seguintes desenvolvem possíveis explicações para o processo de estreitamento com o capital externo nos anos noventa, associadas a quatro motivações fundamentais: as novas oportunidades de valorização abertas, a intensificação do processo de modernização, fortalecimento das classes internas hegemônicas e aversão da burguesia nacional a processos bruscos de rupturas sócio-econômicas.

Os dados econômicos

A análise requer, como primeiro passo, apontar dados dos anos noventa que comprovam o aprofundamento da associação com o capital externo da economia brasileira.

O estreitamento, nos anos noventa, das relações com o capital externo pode ser identificado: pelo processo de internacionalização da indústria e do setor de serviços, aumento do coeficiente das importações² e pelo aumento do fluxo de capitais estrangeiros.³

1 Os períodos de transformações decisivas dizem respeito a integração primária -exportadora no século XIX ou a montagem, no século XX, de uma estrutura industrial.

2 O coeficiente de importação de 6,7 em 1986 atinge o patamar de 11,5 em 1996 (Haguenaer, L. 1998).

3 Os investimentos estrangeiros experimentam um aumento de 12 vezes e passam de US\$ 5,18 milhões em 1992 para US\$ 60,13 milhões em 1998.

O capital estrangeiro, nos anos noventa, acabou por substituir o capital nacional. Assim, as empresas controladas pelo capital estrangeiro, que respondiam por 14,8% em 1991, passam a responder por 36,4% em 1999⁴. Em relação ao faturamento, as empresas estrangeiras respondiam por 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país em 1991 e passam a responder por 53,5% no final de 1999 (Instituto de Economia da UFRJ *apud* Folha de São Paulo, 2002).

Tabela 1 - Avanço do capital estrangeiro no país em porcentagem(%)

Empresas	1991	1999
Estatais	44,6	24,3
Nacionais	40,6	39,3
Estrangeiras	14,8	36,4

Fonte: Instituto de Economia da UFRJ reproduzida na Folha de São Paulo de 10 de fevereiro de 2002

As oportunidades de valorização

A associação com o capital externo sempre representou um meio para nossa burguesia intensificar seu processo de valorização, seja na fase de especialização primária, na qual o capital internacional completava o circuito de valorização de capitais nacionais⁵, seja na fase de industrialização, na qual os capitais locais podiam explorar novos espaços de valorização que se abriam nos interstícios dos investimentos estrangeiros.

A própria organização das primeiras atividades econômicas em território local aparece como decorrência do processo de expansão do capital europeu, o qual procurava organizar a economia local através do sistema colonial. Assim, as atividades econômicas iniciais se fundaram na grande lavoura exportadora e no trabalho escravo, com vistas à geração de excedentes para nações européias centrais, as quais tinham suas economias dinamizadas. Logo, as primeiras atividades econômicas locais nasceram como apêndice da expansão do capital europeu. Entretanto, o fim do sistema colonial não representou a gestação de um processo de valorização autônomo, ao contrário, intensificou-se – sob uma nova roupagem – a dependência do circuito de

⁴ Os dados referem-se às empresas com faturamento, em média, de mais de US\$ 35 milhões por ano no país.

⁵ O capital internacional completava o circuito de valorização dos capitais nacionais através da concessão de financiamentos, construção de infra-estrutura ou comercialização e compra da produção final.

valorização dos capitais nacionais, tanto no processo de integração como economia primária, quanto na fase de industrialização centrada nas empresas transnacionais.

A questão que se quer destacar é que, seja na fase de integração externa como economia primária exportadora, seja no posterior processo de consolidação de um mercado e sistema de produção tipicamente capitalista, verifica-se a constituição de um circuito de valorização dos capitais nacionais extremamente atrelado ao capital internacional. Ou seja, o processo de valorização de capitais locais dependente do capital internacional não se constituiu como uma conformação histórica passageira, mas surge como um componente estrutural que irá assumir novas feições históricas e incorporar mecanismos econômicos mais adequados as exigências da evolução do capitalismo nas nações que exercem algum tipo de dominação imperialista. Portanto, consolida-se um circuito de valorização de capitais nacionais em que parte importante do processo de valorização se realiza por meio do capital externo que, ora pode desempenhar a função de capital financeiro, ora pode exercer mesmo a função de capital produtivo.

A intensificação dos processos de valorização do capital nacional dependente dos capitais externos pode ser vista, em grande medida, como reflexo e decorrência de processos econômicos anteriores, nos quais a burguesia local optou por estruturar suas principais atividades econômicas no capital externo. Cabe, portanto, analisar como se deu o processo de associação externa, tanto na fase de especialização primário-exportadora, quanto na fase posterior da industrialização.

A influência externa – como organizadora das atividades econômicas locais – não se esgotou com o fim do pacto colonial, ao contrário, após a emancipação, o capital internacional passa a ocupar posições estratégicas nas esferas comerciais e bancárias, o que possibilitava o controle de negócios de exportação e importação⁶.

A importância assumida pelo processo de especialização primário-exportadora demonstra como o estreitamento dos laços com o capital internacional se mostrava vital para o processo de valorização de capitais da burguesia nacional, seja porque o

⁶ A análise deste período é feita por Florestan Fernandes: "O primeiro ciclo revolucionário conduziu à extinção do pacto colonial e à constituição de um Estado nacional independente. Não obstante, o controle legal da Metrópole e da Coroa apenas desapareceu para dar lugar a outra modalidade de controle externo: um controle baseado em mecanismos puramente econômicos, que restabelecia os nexos de dependência como parte das relações comerciais, através dos negócios de exportação e de importação. Assim, desenrolou-se, nessa época e em seguida, um extenso (e sob certos aspectos profundo) processo de internalização e de absorção de instituições econômicas, que não existiam antes no país. Tal internalização e absorção não significavam, porém, que a economia brasileira se transformasse numa economia livre ou independente [...] Mas, ao contrário, significavam que à medida que o capitalismo se consolidasse dentro do País, mais ramificados, sólidos e persistentes se tornariam os laços de dependência dessa economia ao mercado mundial" (FERNANDES, 1968, p. 173).

mercado externo absorvia a produção local, seja porque esta mesma produção só era viabilizada devido à atuação do capital internacional através de financiamentos e da construção de infra-estrutura de transportes e armazenamento.

O posterior desenvolvimento urbano-comercial da economia nacional⁷ não redundou na alteração da importância assumida pelo capital internacional na organização das atividades econômicas internas. Mas, ao contrário, verifica-se uma intensificação da participação do capital externo que – motivado pela perspectiva de crescimento de um mercado interno tipicamente capitalista – vê-se levado a redefinir e readaptar suas formas de atuação de acordo com as exigências ou necessidades da nova realidade histórica, conforme se pode verificar na passagem de Fernandes:

Este tipo de controle indireto tornou-se rapidamente obsoleto. Os próprios dinamismos do mercado capitalista moderno, implantado nas “nações emergentes”, poderiam engendrar um padrão autônomo de crescimento econômico, provocando evoluções realmente similares às que haviam transcorrido (ou estavam transcorrendo) na Europa. Doutra lado, a competição em áreas especificamente comerciais entre nações que disputavam a hegemonia no mercado mundial só poderia acelerar e aprofundar tal processo, pondo as economias centrais diante do risco de investir recursos materiais e humanos na criação de mercados nacionais concorrentes na periferia. A resposta a essa contraditória situação tinha de ser procurada na reelaboração da estratégia seguida durante o período de transição neocolonial. O impasse seria facilmente superado se se dessem ao mercado capitalista moderno, implantado na periferia, maiores dimensões estruturais e dinâmicas, de modo que ele pudesse ativar um maior número de funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria articulá-lo aos mercados das economias centrais (FERNANDES, 1976,p.234).

O processo de desenvolvimento nacional da perspectiva de nossa burguesia adquire feições misticadoras que encobrem a realidade das transformações econômicas impulsionadas pelo capital externo. Ou seja, toda a evolução econômica se

7 O desenvolvimento urbano-comercial da economia brasileira foi possibilitado pela organização das atividades econômicas em torno do café e pela disseminação do trabalho livre. No entanto, dado o caráter limitado do trabalho, não se fará uma análise mais profunda destes processos.

passava como se a burguesia brasileira detivesse pleno controle sobre os processos econômicos e representassem mesmo o eixo dinâmico das mudanças econômicas.⁸

A consolidação de circuitos de valorização de capitais nacionais dependentes do capital internacional se apresenta como realidade histórica definitiva no pós-guerra com o processo de industrialização centrado nas empresas transnacionais. Enfim, a forma como foi conduzido o processo de industrialização levou a uma profunda internacionalização da estrutura produtiva local que irá condicionar e repercutir de forma irreversível sobre todo processo posterior do desenvolvimento capitalista nacional. Assim, as firmas estrangeiras passam a ocupar posições centrais nos setores industriais mais dinâmicos de bens de consumo durável, bens de capital e nos setores da indústria intermediária.

A estratégia associativa com o capital externo – durante a fase de industrialização – representou para a burguesia a ampliação dos seus canais de valorização, já que podia explorar novos espaços de valorização que se abriam nos interstícios dos investimentos externos.⁹ Por outro lado, a incorporação da economia brasileira aos dinamismos da economia mundial também foi sempre vantajosa para o grande capital internacional.¹⁰ É, portanto, nessa composição de interesses extremamente vantajosa para os dois lados que chama atenção Florestan Fernandes:

[...] Na verdade, o jogo econômico, para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder – tanto para os parceiros internos (ambos se estimam e utilizam como meios para atingir tais fins). Por isso, sobre-apropriação ca-

8 Conforme aponta Florestan Fernandes: “A natureza de todo esse processo era pouco visível. A empresa privada (ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro. Portanto, ela permitia diluir as pressões inevitáveis e dissimular os interesses reais que se desdobravam de fora para dentro, com a vantagem de assegurar várias formas de associação de agentes econômicos, de firmas e de capitais internos com as economias centrais. Desse ângulo, a constituição de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno e a criação quase concomitante de uma nova estrutura para todo o sistema econômico surgiam como se fossem transformações puramente internas, que encontravam suporte no exterior, mas nasciam de processos iminentes à diferenciação e ao crescimento espontâneos da economia brasileira. Na verdade, tais processos se concretizavam como se resultassem de decisões exclusivas dos agentes econômicos “nacionais”, que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Não se percebia que uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno – mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível – um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico...” (FERNANDES, 1976, p 235-236).

9 Um exemplo claro dos benefícios trazidos pela associação externa à burguesia local foi o desenvolvimento de um setor de autopeças nacional que se cria com a vinda da indústria automobilística transnacional.

10 O capital internacional pôde contar, no passado, com um mercado capitalista em constituição e evolução nos centros urbanos e com a consolidação da industrialização podia explorar um mercado consumidor bem atrativo.

pitalista e dependência constituem a substância do processo. Os dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva de sobre-apropriação capitalista. Existindo, porém, a sobre-apropriação capitalista, o excedente econômico repartido pode alimentar os motivos egoísticos e instrumentais dos agentes econômicos, mas não pode gerar a sua auto-superação (ou a sua negação). As exceções aparecem nos momentos de crise e transição, em que as condições do jogo são reformuladas (não as suas regras). A dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro pólo. Ainda aqui, são os momentos de crise e de transição que revelam melhor a natureza do processo. Quando se dá a eclosão do mercado moderno, a revolução comercial ou a revolução industrial, os parceiros internos se empenham em garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, pois vêem em seus fins um meio para atingir os seus próprios fins. Não que se considerem incapazes de “montar o jogo”: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido” e “seguro”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do pólo dinâmico mais forte porque “jogam nelas” e pretendem realizar-se através dela (FERNANDES, 1975, p 54-55).

A dependência ainda maior, nos anos noventa, dos circuitos de valorização dos capitais nacionais em relação ao exterior só pode ser entendida, portanto, por um lado, pela prévia constituição de uma estrutura industrial profundamente internacionalizada e, por outro lado, pelas importantes transformações processadas no capitalismo mundial com a intensificação da concorrência internacional e alteração nas estratégias de atuação dos grandes conglomerados internacionais.¹¹

11 A constituição de uma estrutura econômica profundamente internacionalizada faz com que mudanças no contexto internacional tenham efeitos ou reflexos diretos sobre a estrutura e forma de funcionamento do capitalismo nacional. Porém, isto acontece porque transformações no contexto mundial inevitavelmente levam à alteração na estratégia de atuação das grandes corporações internacionais que – por ocuparem posições industriais centrais – afetam com suas decisões a economia como um todo. Ou seja, uma prévia estrutura produtiva internacionalizada se torna extremamente suscetível a mudanças de decisões de agentes econômicos externos que são motivados pela necessidade de adaptações a um novo contexto internacional.

A montagem de uma estrutura produtiva internacionalizada somente pode conduzir ao reforço, nos anos noventa, da dependência da valorização dos capitais nacionais em relação aos capitais externos. É, por isso, que não se pode acreditar de maneira ilusória que a incorporação ao espaço de valorização do capital internacional possa conduzir progressivamente a maior autonomia do desenvolvimento econômico nacional. Ao contrário, não existem na forma de associação dependente mecanismos automáticos que conduzam a maior autonomia do país. Assim, na situação de profunda internacionalização da estrutura produtiva, parcelas ainda mais importantes do circuito de valorização dos capitais nacionais passam a ser controlados de fora, como resultados das decisões econômicas de agentes externos, sob os quais a burguesia nacional não tem mínimas condições de controlar ou influenciar.

A associação com o capital internacional, então, cria laços e mecanismos sócio-econômicos automáticos de reforço desta mesma dependência, já que se monta uma estrutura produtiva, na qual a expansão econômica – com o aparecimento de novas oportunidades de investimentos – está condicionada a ampliação da área econômica de atuação do capital internacional. Assim, formou-se um círculo econômico vicioso em que a expansão da participação do capital internacional – e reforço da dependência – gera novos circuitos de valorização aos capitais nacionais, os quais, para garantir a ampliação de suas oportunidades, reivindicam, então, a intensificação ainda maior da participação do capital externo, o que, por sua vez, reforça ainda mais os laços de dependência.

Portanto, por trás do aparente processo econômico de aprofundamento de relações com o capital externo, esconde-se na verdade um processo social, dado que quanto mais se constroem circuitos de valorização centrados no capital externo, tanto mais se constituem forças sociais, cujos interesses estão relacionados ou se encontram presos à ampliação da participação do capital internacional. Enfim, o aprofundamento das relações com o capital externo passa a ser requerido por segmentos sociais como forma de dinamizar seu processo de valorização de capitais. Ou seja, do ponto de vista social se constitui uma teia de relações entre o capital internacional e os capitais locais que se traduzem numa tendência estrutural de reforço dos laços de solidariedade econômicos com o exterior.

O fato a ser destacado é que uma situação é propalar o desenvolvimento autônomo no período inicial da montagem da estrutura industrial, no qual se poderia fazer escolhas sobre ancorar ou não o desenvolvimento nacional ao capital internacional. Por sua vez, revela-se outra situação completamente distinta, colocar o desen-

volvimento autônomo¹² como realidade possível no período em que está construída uma estrutura produtiva centrada no capital externo. Ou seja, nos anos noventa, reverter ou redirecionar o país para uma forma de desenvolvimento mais autônoma se revela uma possibilidade muito mais complexa, porque se criou uma rede de interesses sociais internos que se beneficia da associação com o capital externo e, por isto, resistiria a qualquer outro padrão de desenvolvimento que implicasse na redução da participação do capital externo. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro se revela estratégico no âmbito da concorrência internacional de tal maneira que o grande capital internacional não se mostraria disposto a abrir mão das posições centrais que ocupa na esfera econômica. Portanto, nos anos noventa, criou-se um embricamento de interesses entre capitais internacionais e locais que torna a possibilidade concreta do desenvolvimento autônomo uma realidade histórica e social muito mais difícil, quando comparado com a fase inicial de constituição do capitalismo brasileiro.

O fato é que numa situação sem precedentes se verifica nos anos noventa um processo em que a valorização dos capitais da burguesia nacional passa a depender ainda mais das decisões de agentes econômicos externos.¹³ Assim, a burguesia nacional assume um papel ainda mais secundário nos circuitos de valorização,¹⁴ já que a própria sobrevivência enquanto classe – consubstanciada no processo de valorização de seus capitais – passa a depender fundamentalmente das decisões externas, sob as quais não tem o mínimo poder de controle.

As novas transformações econômicas dos anos noventa – como a abertura comercial e liberalização financeira – representam o surgimento e ampliação de novos circuitos de valorização nacionais atrelados ao capital externo. Por um lado, a abertura comercial – concomitante com o processo de internacionalização da estrutura produtiva – induz ao aumento das importações, o que dá origem a novos circuitos de valorização associados ao estreitamento dos laços comerciais com o capital internacional. Por outro lado, a liberalização financeira faz com que os circuitos de valorização nacionais passem a depender da ampliação dos fluxos de capitais internacionais especulativos.

12 Por desenvolvimento autônomo, entende-se o funcionamento de uma estrutura capitalista em que etapas importantes e centrais do circuito de valorização são controladas por capitais nacionais, ou obedecem a desígnios ou interesses nacionais.

13 A maior dependência da valorização dos capitais locais – em relação ao capital externo – deve-se ao profundo processo de desnacionalização verificado nos anos noventa.

14 A burguesia nacional assume, nos anos noventa, um papel ainda mais secundário, quando comparado com o seu papel desempenhado no modelo desenvolvimentista. Ou seja, tem-se consciência do papel já secundário ocupado pela burguesia nacional no modelo desenvolvimentista. Entretanto, nos anos noventa, nota-se que os processos de aprofundamento da internacionalização e de substituição de fornecedores locais tornam ainda mais secundários os papéis ocupados pela burguesia nacional.

A questão central, portanto, refere-se ao fato que muitos dos dinamismos da economia nacional – que irão originar novas oportunidades de valorização ao capital nacional – passam a ser ditados de fora pelo grande capital internacional. Ou seja, constrói-se um processo em que a burguesia brasileira perde cada vez mais condições de gerar ou condicionar seus próprios espaços de valorização.¹⁵

A tendência claramente verificada nos anos noventa não é a de criação de circuitos de valorização autônomos¹⁶ mas, ao contrário, verifica-se a proliferação de circuitos de valorização dependentes do capital internacional. Ao lado deste processo econômico de proliferação de circuitos de valorização centrados no capital externo, deve-se ter em mente que se trata – como já mencionado – de um processo social conduzido por forças internas e externas que vêm na associação dependente uma fantástica oportunidade de lucros. No entanto, à medida que avance o processo de dependência do circuito de valorização de capitais locais em relação ao capital externo, maior a tendência que cresçam e se fortaleçam grupos internos favoráveis a associação dependente e, por sua vez, debilitem-se as forças sociais identificadas com formas de desenvolvimento econômico autônomo – se é que ainda se pode pensar num desenvolvimento autônomo nos quadros de uma economia profundamente internacionalizada como a brasileira.

O embricamento do circuito de valorização nacional em relação ao capital externo nos anos noventa cria um cenário econômico peculiar em que a expansão dos canais de valorização dos capitais nacionais e a sobrevivência da burguesia nacional passam a depender da própria possibilidade de expansão interna do capital internacional, mesmo que este processo implicasse na prática em perda de posições econômicas estratégicas para burguesia nacional. É, portanto, como se numa situação limite, a própria sobrevivência da burguesia nacional, contraditoriamente, dependesse da sua capacidade em criar e intensificar novos circuitos de valorização fundados no capital externo.

A própria forma como se montou a estrutura capitalista brasileira – centrada no capital externo –, portanto, cria um cenário econômico muito mais de cooperação entre capitais nacionais e internacionais do que de rivalidade. Mesmo porque, do ponto da valorização de capitais da burguesia nacional, seria ilusório pensar em alguma forma

15 O desmonte do Estado contribuiu ainda mais para debilitar o poder de decisão da burguesia local, uma vez que, o Estado conduzia políticas econômicas e dirigia os processos econômicos, de tal maneira, que ditava em que áreas deveriam atuar o capital externo.

16 Por circuitos de valorização autônomos, entende-se o processo pelo qual parcelas importantes do processo de valorização passam a ser controladas pelos capitais nacionais.

de oposição dos capitais locais em relação à ampliação da participação do capital externo, uma vez que a expansão dos empreendimentos dos conglomerados externos gera novas oportunidades e circuito de valorização aos capitais nacionais. Ainda que nossa burguesia pagasse o preço de ocupar posições secundárias, como sócio-menor do capital estrangeiro.

A lógica de desenvolvimento econômico brasileiro – em que as principais fases dos circuitos de valorização passam a estar atrelados ao capital externo – torna possível pensar num processo de valorização de capitais em geral, no qual desaparece e mesmo se torna desnecessário fazer a distinção entre burguesia nacional e capital internacional. Ou seja, a estruturação de circuitos de valorização apoiados no capital externo configura um quadro econômico em que o capital nacional e internacional se completam ou mesmo se fundem num processo de valorização em geral. Então, nestas circunstâncias, não se pode pensar numa oposição de interesses entre burguesia nacional e o capital internacional, mas sim numa fusão e convergência de interesses econômicos.

O processo de valorização de capitais locais – amplamente apoiados no capital internacional – debilita, em certo sentido, a aplicação interna do conceito de burguesia nacional, ao menos quando se parte da observação da burguesia nacional dos países do capitalismo central Europeu e dos Estados Unidos, no qual a atuação das classes dominantes internas se caracterizou – desde o início do capitalismo e na sua posterior evolução – pela permanente rivalidade com o capital externo. É, por isso, que em certos momentos históricos, esta rivalidade redundou em processos de rupturas, nos quais a burguesia local procurou direcionar ou delimitar as formas de atuação do capital externo, ao mesmo tempo em que procurou ocupar posições estratégicas e vitais nos processos de valorização de capitais, não abdicando, assim, de sua autonomia e hegemonia interna.¹⁷ Ao contrário, a burguesia brasileira sempre via com bons olhos a ocupação e expansão do capital internacional porque isto representava a própria ampliação de seus negócios.¹⁸ Assim, desde o início do processo de desenvolvimento econômico nacional, a burguesia local abdicou de qualquer pretensão de conduzir e

17 Embora a evolução recente do capitalismo ameace a posição hegemônica das burguesias dos países desenvolvidos devido os processos de fusões e aquisições; ou seja, o cenário internacional de fusões e aquisições deixa um quadro muito confuso, no qual se pode até postular outro tipo de definição da hegemonia burguesa. Mas, a despeito da evolução do capitalismo atual, as burguesias do capitalismo central procuram controlar ou dirigir os processos econômicos – ao contrário, do padrão de comportamento da burguesia brasileira.

18 A burguesia nacional sempre via com bons olhos a expansão do capital internacional devido à própria forma inicial de construção do desenvolvimento nacional dependente do capital internacional, o que condicionava o surgimento de novos negócios à expansão das atividades das corporações transnacionais.

assumir posições de liderança. Então acabou por aceitar posições secundárias ou o mero papel de coadjuvante – diferentemente das burguesias do capitalismo central.

A opção da burguesia brasileira em ancorar todo desenvolvimento nacional na articulação com o capital externo se revela uma visão de curto prazo imediatista e orientada apenas para as oportunidades de lucros abertas por esta articulação dependente. Ou seja, a estratégia de desenvolvimento nacional – fundada no capital internacional – acaba por se mostrar compatível com a racionalidade individualista e egoísta de nossa burguesia, apesar de não ser racional se tivermos em mente uma visão de longo prazo e orientada para o desenvolvimento autônomo. Assim, construiu-se uma espécie de visão míope que perde de vista o longo prazo dos processos de desenvolvimento autônomo e só tem olhos voltados para os lucros imediatos obtidos com associação dependente com o capital externo.

A visão míope da burguesia nacional a qualquer forma de desenvolvimento autônomo se deve à própria condição ou meio imposto pelo subdesenvolvimento em que as oportunidades e debilidades dos processos econômicos estimulam um tipo de comportamento extremamente espoliativo e imediatista, o qual busca sempre explorar ao máximo as oportunidades de negócios e de dinamismos econômicos resultantes da associação com o capital externo. Ou seja, os escassos dinamismos econômicos da economia subdesenvolvida tornam extremamente atraentes as várias oportunidades de negócios surgidas pela associação com o capital externo. É, portanto, como se, na avaliação subjetiva de nossa burguesia, fosse extremamente vantajosa a troca de autonomia por oportunidades de lucros imediatas.

A questão aqui não é que se esteja propalando um desenvolvimento econômico isolado ou com ausência completa do capital internacional, o que obviamente sob a fase do capitalismo monopolista parece não ser possível, pois as empresas transnacionais possuem presença importante inclusive na estrutura do capitalismo central. Ao contrário, renegar a presença do capital internacional seria ignorar ou desconhecer o real funcionamento e a fase histórica do capitalismo que se confunde com a própria internacionalização do capital. Mas apenas se quer chamar atenção para que a diferença entre as nações tidas como desenvolvidas em relação à economia brasileira está justamente no fato de os países que se constituíram como economias centrais terem possuído uma burguesia, a qual assumiu papéis centrais e estratégicos nos processos internos de valorização e, por isto, estas burguesias equipararam-se ou puderam fazer frente às multinacionais. Ao mesmo tempo, onde o processo de internacionalização foi inevitável, as burguesias das economias centrais se mostraram capazes de controlar, direcionar e mesmo em certos casos restringir as áreas de atuação das multinacionais de acordo com os interesses nacionais.

A modernização

A lógica de modernização¹⁹ de nossa burguesia acaba por condicionar uma forma de relacionamento associativa com o capital externo justamente porque é por meio do estreitamento das relações com o capital externo que se intensificam os ritmos das transformações econômicas internas requeridas.

A articulação com o capital externo – como forma de intensificar os ritmos da modernização econômica – obviamente não é um fenômeno novo restrito ao anos noventa, pois já na fase de integração como economia primário-exportadora, o capital internacional cumpriu dois papéis: por um lado, tornou-se essencial para a modernização, por patrocinar toda construção da infra-estrutura de armazenamento e de transporte – vitais ao complexo agro-exportador; por outro lado, foi o estreitamento das relações com o capital internacional – mediante importações – que tornou possível a nossa burguesia ter acesso à modernização de sua pauta de consumo.

A associação com o capital internacional – como forma de intensificar os ritmos das transformações econômicas modernizantes – assume ainda maior importância na fase de montagem e consolidação da estrutura industrial nacional, quando as multinacionais passam a ocupar posições centrais na estrutura industrial de forma que os principais dinamismos da modernização estejam irremediavelmente atrelados ao capital externo. É, por isso, que, na fase de industrialização, as rápidas transformações por que passa a economia brasileira só podem ser compreendidas pela importante participação das empresas estrangeiras na estrutura do capitalismo nacional, seja no setor de bens de consumo duráveis, setores de bens de capital ou indústria intermediária. Assim, no período de consolidação industrial, a associação com o capital externo representa – ao menos para uma minoria – a possibilidade de equiparar-se a padrões de vida muito próximo aos verificados nas economias capitalistas centrais.

A estratégia associativa com o capital externo – como forma de intensificar os ritmos de modernização – portanto, não é uma prática nova da burguesia nacional somente observada nos anos noventa, ao contrário, parece ter se tornado uma prática recorrente ou o caminho mais rápido de se acelerar os ritmos das transformações sócio-econômicas internas. Entretanto, a novidade nos anos noventa se encontra justamente no novo contexto que ocorre com as transformações econômicas. É, então, o

novo contexto dos noventa de abertura e acirramento da concorrência entre os oligopólios internacionais que induz a duas modalidades de modernização. De um lado, a modernização da estrutura produtiva industrial centrada muito mais em processos de racionalização do que na criação de uma nova estrutura industrial, capaz de ser vetor endógeno de inovação. Doutro lado, nos anos noventa, ocorre também a concomitante modernização da pauta de consumo, tanto em função da abertura comercial²⁰, quanto pela entrada de novas empresas com atuação no oligopólio mundial.

A primeira modalidade de modernização dos anos noventa – associada à estrutura produtiva – se dá em meio ao novo contexto de abertura comercial e aumento das importações ou do próprio processo de acirramento da concorrência global dos oligopólios internacionais, os quais obrigam as empresas locais a empreenderem modalidades de redução de custos e aumento de produtividade para manter suas parcelas de mercado. É, neste contexto, que se dá o processo de modernização da estrutura produtiva das empresas centradas na busca da racionalização e introdução de inovações organizacionais ou novas formas de gestão. Assim, nos anos noventa, a modernização da estrutura produtiva é conseguida através do abandono de linhas de produtos com estrutura de custos não competitivas, aprofundamento da terceirização para atividades produtivas – e não apenas complementares – e aumento do conteúdo importado, decorrente da substituição dos fornecedores locais por externos.

O fato importante a ser destacado é que o processo de modernização da estrutura produtiva, verificado nos anos noventa, não redundava na criação e consolidação de uma estrutura produtiva industrial que fosse capaz de gerar um núcleo endógeno de inovação, conforme observa Laplane e Sarti:

A hipótese de que o atual IDE tende a remover a restrição externa decorre de uma avaliação otimista das EE de constituírem esse núcleo endógeno de inovação e difusão de inovações. Não há evidências que sustentem essa hipótese otimista. Pelo contrário, o processo de internacionalização produtiva das filiais acarreta efeitos de encadeamento tecnológicos fracos em função do imperativo da eficiência. A ênfase na *efficiency seeking*, por meio da padronização de produtos, de processos e de técnicas de organização e gestão, leva à especialização e à racionalização também no desenvolvimento de

19 O conceito de modernização – nesta parte do trabalho – será entendido no sentido mais amplo de atualização da estrutura produtiva, infra-estrutura e dos modos de vida ou padrões de consumo.

20 A abertura comercial dos anos noventa induz a um processo de modernização porque acirra a concorrência e leva à necessidade da introdução de novas linhas de produtos para que as empresas locais pudessem manter suas fatias de mercado.

inovações. As filiais concentram seus esforços de inovação nas atividades de adaptação de produtos, deixando outras atividades para as matrizes (Laplane e Sarti, 1997, p.179).

A segunda modalidade de modernização nos anos noventa – associada à atualização da pauta de consumo de uma minoria – foi possibilitada, por um lado, pela abertura comercial que estimulou a importação de novos produtos ou induziu empresas aqui instaladas à busca de renovação permanente da linha de produtos para enfrentar a maior concorrência. Por outro lado, a modernização dos padrões de consumo, através da diversificação das linhas de produtos, aparece também como resultado da entrada no mercado brasileiro de novas empresas com importante participação no mercado mundial, mas que se encontravam ausentes do mercado brasileiro.

A entrada de novas empresas transnacionais ou os novos investimentos feitos por empresas já instaladas²¹ é, nos anos noventa, resultado, por um lado, da busca pela exploração do crescimento do mercado interno que não mais se caracterizava pela instabilidade e estagnação dos anos oitenta. Por outro lado, a entrada de novas empresas ou a reorganização das empresas já instaladas aparece como reflexo da posição estratégica que o mercado brasileiro passa a representar no âmbito da intensificação da concorrência dos oligopólios mundiais. Logo, as empresas transnacionais, através dos investimentos feitos no país, buscam maior integração das filiais locais na estrutura mundial da matriz. São, então, os novos investimentos das multinacionais que possibilitam as firmas locais participarem dos fluxos produtivos e, assim, assumir funções estratégicas tecno-produtivas ou de gerenciamento para a rede mundial.

A opção por atrelar o desenvolvimento nacional ao capital externo aparece como extremamente sedutora para nossa burguesia, não só porque a associação traz novas oportunidades de negócios²², mas porque também representa a intensificação dos ritmos de incorporação da economia nacional aos mesmos padrões de vida das economias centrais, o que se daria em ritmos bem mais lentos ou mesmo seria inatingível se as transformações fossem conduzidas pela burguesia nacional. Ao mesmo tempo, a estratégia do desenvolvimento associativo se revela uma solução para a burguesia local que não dispõe de meios ou recursos materiais para conduzir os ritmos das transformações na intensidade que almeja. Assim, o grande esforço exigido pelas

21 A entrada de novas empresas transnacionais ou os novos investimentos das empresas já instaladas estão associados à diversificação das linhas de produtos e conseqüentemente à modernização dos padrões de consumo de uma minoria.

22 As oportunidades de negócios abertas pela associação com o capital externo foram descritas na parte anterior do trabalho.

transformações sócio-econômicas modernizantes²³ pareceu se constituir tão complicado e custoso que cresceu entre nossa burguesia um sentimento de incapacidade e mesmo de inferioridade diante da difícil tarefa histórica que se colocava, a qual parecia ser somente viável através da recorrência ao capital externo.

O fato é que se verifica, desde meados da década de setenta, uma verdadeira onda de inovações “shumpeterianas” caracterizadas pela introdução de novos produtos que deixa nossa burguesia propensa a se mobilizar para ter acesso à nova gama de produtos. Por sua vez, nos anos noventa, a diversificação das formas de consumo parecia ser possível somente por meio da recorrência ao capital externo.

A tendência a se recorrer ao capital externo para se intensificar os ritmos da modernização, tanto na fase inicial da industrialização, quanto nos anos noventa, parece, portanto, explicar-se pelo inconformismo de nossa burguesia diante da percepção sobre as debilidades, lentidão ou mesmo incapacidade de aprofundar os processos de modernização, caso estes fossem conduzidos por capitais nacionais. Entretanto, deve-se ter em mente que a opção por estruturar os processos de modernização com base no capital externo é profundamente condicionada pelo período histórico que se depara a burguesia nacional, já que, sob o capitalismo monopolista, o salto exigido para modernização da estrutura produtiva – via industrialização – e a equiparação a padrões de vida das nações centrais exigiriam um esforço de acumulação que parecia não ser acessível aos capitais locais, a não ser se associassem ao capital externo. Ou seja, a articulação com o capital internacional se mostrou à nossa burguesia como o caminho mais curto para viabilizar seu projeto modernizante, mesmo que se tenha pago o elevado preço da perda do controle sobre dinanismos econômicos internos.

A opção por se empreender a modernização através da associação com o capital externo explicita uma questão muito mais profunda de dependência cultural de uma burguesia que persegue a busca contínua da atualização e equiparação com formas de consumo e padrões de vida das nações capitalistas centrais. Ou seja, romper com a via modernizante, mediante a associação com o capital internacional, revela-se uma questão muito mais complexa porque envolve o sistema de valores de uma burguesia local que já se acostumou a um padrão de vida e de consumo, do qual não está disposta a abdicar. Portanto, parece razoável pensar que dificilmente a burguesia local aceitaria ritmos mais lentos de modernização, em favor de se privilegiar alguma forma de desenvolvimento mais igualitário e com detrimento da intensificação da modernização.

23 As transformações modernizantes exigiriam, por exemplo, a alteração de toda infra-estrutura do país.

A continuidade do processo de modernização econômica não é apenas um desejo alimentado pela burguesia local, já que ao capital internacional se revela extremamente necessário estimular ou cooperar para a atualização das estruturas econômicas, pois somente a modernização contínua das estruturas sócio-econômicas torna a economia nacional apta a se adaptar e absorver as constantes transformações por que passa o capitalismo nas economias centrais. Ao mesmo tempo, é a modernização das estruturas produtivas que possibilita estabelecer e intensificar laços ou relações econômicas entre o capital externo e o capital local. Foi assim que, no passado, a modernização da infra-estrutura de exportação e importação possibilitou que a economia nacional estabelecesse laços econômicos com o capital internacional. Em contrapartida, nos anos noventa, é a modernização da estrutura produtiva, via novas formas de gestão e racionalização, que permite à economia brasileira se integrar ao fluxo produtivo internacional ou assumir funções estratégicas de gestão para a rede mundial.

O fortalecimento das classes dominantes

A associação com o capital externo redundava em um fortalecimento do poder de barganha das classes dominantes que historicamente sempre buscavam alianças externas para se fortalecerem frente às demandas dos segmentos sociais populares.

A busca de aliança com o capital externo nasce do receio ou medo de nossa burguesia em relação às demandas populares, o que se deve ao contexto histórico específico do país em que não ocorreu a radicalização da luta de classes, como ocorreu nos países centrais do capitalismo europeu. Ou seja, cristaliza-se no ideário de nossa burguesia um temor dos movimentos sociais próprio de uma classe proprietária que não tem o traquejo ou a tradição da negociação em relação às questões sociais. Em função deste fato, a burguesia nacional opta por buscar alianças externas na resolução das questões sociais internas, em vez de se buscar composições internas, através de concessões às reivindicações populares.

As alianças externas podiam se materializar em apoio militar, como no caso da implantação do regime militar em 1964. Ou, ao contrário, poderiam se apresentar de uma forma mais sutil e imperceptível pela via econômica. É o caso, por exemplo, nos anos noventa, do enfraquecimento das demandas populares como consequência dos processos de liberalização financeira e comercial que debilitam o poder de barganha

dos sindicatos. Ou seja, as classes mais atingidas em processos que envolvam a integração econômica à comunidade internacional são os segmentos populares que não podem contar com uma rede de proteção social eficiente.

A aversão a rupturas

O receio de que as mudanças externas pudessem induzir transformações sociais internas leva à conformação de uma mentalidade extremamente conservadora e avessa a rupturas entre nossa burguesia, que opta pela continuidade e obediência às regras do jogo impostas pelo grande capital internacional.

As mudanças sociais, quando inevitáveis, dão-se sempre nos estreitos limites definidos pelo grande capital internacional, sob o receio de que qualquer alteração de rumo em relação à diretriz do grande capital internacional pudesse representar de fato uma alternativa ao sistema capitalista, o que colocava em perigo a própria existência da burguesia enquanto classe social. Ou seja, qualquer tentativa de disciplinar ou enquadrar o capital internacional – por mais discreta que possa parecer – aparece no olhar subjetivo de nossa burguesia como uma diferenciação do sistema capitalista que poderia redundar em transformações internas de fortalecimento das demandas populares, sobre as quais os segmentos desta burguesia poderiam perder o controle. É, portanto, o medo da generalização do conflito e fortalecimento das classes sociais populares que tornam nossa burguesia extremamente conservadora e contrária a qualquer processo de ruptura com as diretrizes do grande capital internacional. Este receio da burguesia nacional quanto às transformações sociais se deve a falta de tradição em lidar com o conflito social.

A imposição de diretrizes ou o enquadramento do grande capital internacional não necessariamente produziria o quadro de convulsão social que teme esta burguesia. Mas é preciso compreender que o esquema explicativo sobre as transformações sociais – presente na mentalidade de nossa burguesia – tem a prerrogativa de definir e moldar o comportamento extremamente conservador e avesso a ruptura – ainda que este esquema interpretativo das transformações sociais esteja longe de refletir a realidade.

O comportamento conservador da burguesia brasileira é ainda reflexo do período histórico desfavorável em que se estruturou, já que se conformou e se contrapôs a economias capitalistas plenamente constituídas que praticam políticas imperialistas. Assim, a ruptura com as diretrizes do grande capital internacional – que impede nosso

pleno desenvolvimento – apresenta-se como uma tarefa histórica muito mais complexa em comparação às rupturas necessárias e que foram realizadas pelas economias centrais europeias no segundo período da revolução industrial. Além do mais, qualquer ruptura – no olhar subjetivo de nossa burguesia – se apresentaria muito mais arriscada pela possibilidade de represália do grande capital internacional e pelas consequências sociais internas, sobre as quais poderiam perder o controle.

Conclusão

A proposta do artigo não se restringiu à análise do padrão de associação externo nos anos noventa, ao contrário, revelou-se uma análise mais ampla, na qual seria possível identificar uma racionalidade de nossa burguesia que explicaria, em diferentes períodos históricos, a recorrente opção pelo estreitamento dos laços com o capital externo.

A questão, no entanto, não foi pura e simplesmente condenar a participação do capital externo ou, então, de forma ingênua advogar um desenvolvimento econômico isolado, visto que uma proposição deste tipo seria ignorar a própria natureza do capital que busca ampliar seu circuito de valorização em escala mundial. Contudo, questiona-se, durante toda evolução capitalista do País, a relação estabelecida com o capital internacional, na qual sempre se procurou adequar a Nação às determinações do grande capital internacional, ao invés de enquadrá-lo aos desígnios da Nação.

A reversão nos rumos do desenvolvimento econômico nacional, mais que questões de desenvolvimento das forças produtivas, envolve sistemas de valores que, em última instância, determinam todos os esforços da burguesia nacional em modificar seu contexto sócio-econômico. Portanto, qualquer alteração significativa da trajetória econômica do país requer uma mudança de mentalidade ou revisão dos fins que guiam as ações da burguesia brasileira.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, FLORESTAN. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar,1976.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latian*. Rio de Janeiro. Zahar,1975

- _____. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar,1968.
- HAUGUEANAUER, L. *Estimativas do Valor da Produção Industrial e Elaboração de Coeficientes de Exportação e Importação da Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro. IPEA. Texto para discussão n. 563,1998.
- LAPLANE, M. e SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90*. Economia e sociedade, n.8, jun.1997.
- MACHADO, GUSTAVO VIANA. *A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90*. Campinas, SP:[s.n], 2002.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 16-jan-2008 | **Envio ao avaliador:** 29-mar-2008 | **Recebimento da avaliação:** 20-abr-2008 | **Envio para revisão do autor:** 21-abr-2008 | **Recebimento do artigo revisado:** 20-jun-2008 | **Aceite:** 18-ago-2008.